



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Serviço de Contratos

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.11.0032.0008197/2024-18 (SEI - 1647461)



Processo n.º 19.11.0032.0008197/2024-18
Pregão Eletrônico n.º 90012/2024
ID TCES n.º 2024.500M1300001.01.0005
Contrato MP n.º 030/2024

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO E MIX COMÉRCIO
E SERVIÇOS LTDA EPP**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.304.470/0001-74, com sede na Rua Procurador Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121, Santa Helena, CEP 29055-036, Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL**, portador da CI n.º 090770983 IFP RJ, inscrito no CPF sob o n.º 041.989.827-16, e **MIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.456.424/0001-72, localizada à Avenida Espírito Santo, n.º 033, Vila Bethania, Viana/ES, CEP: 29.136-096, neste ato representado por **MAYCON CAO PEREIRA**, portador da CI n.º 1.859.315 SSP/ES, inscrito no CPF sob o n.º 059.342.567-77, brasileiro, empresário, solteiro, residente e domiciliado à Rua Nilton Balestreiro, n.º 078, Campo Grande, Cariacica/ES, CEP: 29.146-285, ajustam o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, demais normas pertinentes, e de acordo com o termo de Processo n.º 19.11.0032.0008197/2024-18, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste **CONTRATO**, que se regerá pelas cláusulas seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de **MATERIAIS DE EXPEDIENTE**, conforme especificações, condições e quantitativos constantes no Anexo Único deste instrumento contratual e Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 90012/2024.

1.2. Este Contrato guarda conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico n.º 90012/2024, vinculando-se, ainda, à proposta da **CONTRATADA** e demais documentos do Processo n.º 19.11.0032.0008197/2024-18, que, independentemente de transcrição, integram este instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (DIMPES). Podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da lei 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLAUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor ANUAL a ser pago à CONTRATADA, no presente contrato é de **R\$ 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO E DO REAJUSTAMENTO

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado.

6.2. O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que decorridos 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado de acordo com o §3º, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

6.3. O reajuste do preço levará em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

6.4. Compete à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

6.5. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021, dispensada a análise prévia pela Assessoria Administrativa.

6.6. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.

6.7. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão adotados os critérios de revisão ou reajustamento, conforme o caso, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

6.8. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

6.9. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

6.10. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

6.11. Não será concedida a revisão quando:

6.11.1. Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

6.11.2. O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;

6.11.3. Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

6.11.4. A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;

6.11.5. Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

6.12. A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Assessoria Administrativa.

6.13. O contratante decidirá sobre o pedido restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em até 90 (noventa) dias, contado da data do fornecimento, pela contratada, da documentação comprobatória da variação dos custos. (art. 92, XI)

6.14. As revisões e o reajuste que a contratada fizer jus mas que não forem requeridas formalmente durante a vigência deste contrato serão consideradas renunciadas com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão através do seguinte enquadramento orçamentário: Atividade: 03.122.0048.2020 – Administração da Unidade. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.16 – Material de Consumo – Material de Expediente. Plano Orçamentário: 001702 – Apoio Administrativo.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Compete à CONTRATADA:

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.2. Executar/entregar o objeto do contrato conforme especificações, prazos e condições, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

9.1.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI, do artigo 92, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações;

9.1.4. Não disponibilizar empregados, em funções de chefia, que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

9.1.5. Indicar, no início da execução contratual, preposto, aceito pela administração, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato nos termos do artigo 118 da Lei 14.133/2021 e suas alterações;

a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor/fiscal do contrato ou autoridade superior;

9.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.8. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

9.1.9. Observar as demais disposições presentes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

9.2. Compete ao CONTRATANTE:

9.2.1. Receber e atestar o material ou serviço efetivamente fornecido, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e cláusulas deste contrato;

9.2.2. Recusar o material ou serviço que for entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada;

9.2.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.2.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.5. Efetuar o pagamento à contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.2.6. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.2.7. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do Contrato;

9.2.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

9.2.9. Designar comissão na hipótese da alínea a, inciso II do art. 140 da Lei 14.133/2021, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos produtos/serviços adquiridos;

9.2.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato

administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela contratada.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. As especificações, prazos, quantitativos e condições de execução do objeto pela CONTRATADA são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Multa moratória na forma e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;

(2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1. Constatado que a CONTRATADA não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será notificada para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, poderá ser imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ainda ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15.2. A presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução do Contrato será acompanhada por Gestor, e havendo necessidade por um ou mais fiscais, nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, que serão responsáveis por esse acompanhamento, nos termos do artigo 117, da Lei n.º 14.133/2021, e deverão atestar a entrega dos produtos ou serviços contratados.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES

18.1. A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza civil, criminal, trabalhista, etc., decorrente da execução do objeto deste contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS RECURSOS

19.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos dos artigos 165 a 168, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet,

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos objeto deste contrato, divulgá-los através da imprensa escrita e falada ou por meio de qualquer divulgação pública, salvo por autorização expressa do CONTRATANTE.

21.2. Fazem parte integrante e inseparável deste contrato e obrigam a CONTRATADA, em todos os seus termos, a proposta apresentada, aplicando-se as normas da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

21.3. O CONTRATANTE poderá exigir e a CONTRATADA se compromete a fornecer a qualquer tempo, as composições de custos dos preços unitários propostos onde fiquem evidenciados os seus componentes, tais como: incidência de mão-de-obra, incidência e composição dos encargos sociais e previdenciários, incidência dos custos materiais, etc.

21.4. As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

21.5. Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das Partes quanto à infração pela outra Parte de cláusulas ou condições previstas neste Contrato, Termos Aditivos e Solicitações.

21.6. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente.

ANEXO ÚNICO

Item	Descrição	Marca	Quant	Vlr Unt	Vlr Total
1	APAGADOR DE QUADRO BRANCO - com corpo plástico, base de feltro de 2 mm e suporte para 2 marcadores, embalado individualmente	Starprint	12	R\$ 3,60	R\$ 43,20
2	APONTADOR METÁLICO - manual, com um furo, com lâmina de aço temperado, sem depósito.	Leo e Leo	70	R\$ 0,95	R\$ 66,50
3	BARBANTE Nº 08 - 100% algodão, com no mínimo 100g.	Polium	55	R\$ 4,00	R\$ 220,00
4	BLOCO DE RASCUNHO - em papel off set 56 g/m², pautado, medidas aproximadas de 140 x 200mm, com 50 folhas.	Tamoio	150	R\$ 3,50	R\$ 525,00
5	BLOCO DE RECADOS PEQUENO - autoadesivo, em papel off set, com faixa adesiva de 14 mm, tamanho 38mm x 50mm, acondicionado em embalagem plástica com 04(quatro) bloquinhos em	Masterprint	850	R\$ 4,15	R\$ 3.527,50

	cores diversas contendo 100 folhas removíveis cada				
6	BLOCO DE RECADOS GRANDE - autoadesivo, em papel off set, com faixa adesiva de 14 mm, tamanho 76mm x 102mm, acondicionado em embalagem plástica com 1(um) bloco contendo 100 folhas removíveis, em cores diversas	Masterprint	1490	R\$ 2,25	R\$ 3.352,50
7	BOBINA PARA MÁQUINA DE CALCULAR - em papel apergaminhado, cor branca, tamanho: 57 mm x 30 m	Maxprint	10	R\$ 1,95	R\$ 19,50

8	BORRACHA DE VINIL - sintética e isenta de PVC, atóxica, dimensões aproximadas de 4,5 x 2,5 x 1,5cm, cor branca, com capa plástica protetora ergonômica	Leo e Leo	140	R\$ 1,00	R\$ 140,00
9	CAIXA DE ARQUIVO INATIVO - em polipropileno, tipo polionda, na cor BRANCA, tamanho aproximado: 350mm x 240mm x 135 mm.	Alaplast	500	R\$ 4,05	R\$ 2.025,00
10	CALCULADORA DE MESA - modelo com visor ampliado de 12 dígitos e 27 teclas, que permite maior e melhor visualização. Contém teclas macias e grandes, estrutura resistente e tamanho aproximado de 2,5 x 11,3 x 14,6cm. Alimentação: pilhas AA ou AAA. Desligamento automático	Masterprint	5	R\$ 18,00	R\$ 90,00

11	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL - de escrita fina, com tinta na cor azul, ponta não retrátil de tungstênio 0,7mm, corpo translúcido e sextavado, pega arredondada, fabricação nacional, embalagem com dados de identificação do produto e validade igual ou superior a 1 ano a partir da entrega.	Compactor	3300	R\$ 0,65	R\$ 2.145,00
12	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA - de escrita fina, com tinta na cor vermelha, ponta não retrátil de tungstênio 0,7mm, corpo translúcido e sextavado, pega arredondada, fabricação nacional, embalagem com dados de identificação do produto e validade igual ou superior a 1 ano a partir da entrega	Compactor	400	R\$ 0,65	R\$ 260,00

13	CANETA MARCA TEXTO - com tinta fluorescente de cor amarela, de secagem rápida, com ponta chanfrada de 4mm que oferece 2 espessuras de traço.	Brw	960	R\$ 1,35	R\$ 1.296,00
14	CANETA PARA CD/DVD - caneta permanente, com ponta dupla de 2mm e 0,4mm, tinta atóxica, na cor preta, de secagem rápida	Brw	144	R\$ 2,00	R\$ 288,00
15	CAPA EM PVC CRISTAL - para encadernação, em polipropileno, transparente, tamanho A3 (297mm x 420mm), espessura/gramatura: 0,30mm. Pacote com 100 unidades	Plascony	2	R\$ 28,00	R\$ 56,00
16	CAPA EM PVC CRISTAL - para encadernação, em polipropileno, transparente, tamanho A4 (210mm x 297mm), espessura/	ACP	2	R\$ 33,00	R\$ 66,00

	gramatura: 0,30mm. Pacote com 100 unidades				
17	CAPA EM PVC PRETA - para encadernação, em polipropileno, tamanho A3 (297mm x 420mm), espessura/ gramatura: 0,30mm. Pacote com 100 unidades	Plascony	2	R\$ 28,00	R\$ 56,00
18	CAPA EM PVC PRETA - para encadernação, em polipropileno, tamanho A4 (210mm x 297mm), espessura/ gramatura: 0,30mm. Pacote com 100 unidades	ACP	2	R\$ 23,00	R\$ 46,00
19	CLIPES Nº 02 - em aço galvanizado, formato paralelo, embalados em caixa com 100 unidades	Top	320	R\$ 2,00	R\$ 640,00

20	CLIPES Nº 06 - em aço galvanizado, formato paralelo, embalados em caixa com 50 unidades	Top	300	R\$ 2,25	R\$ 675,00
21	COLA BRANCA LÍQUIDA - à base de resina PVA e/ou água, lavável, atóxica, para uso em papel, acondicionada em frasco de 40g com bico dosador, selo de segurança do Inmetro. Validade igual ou superior a 1 ano a partir da data da entrega	Frama	222	R\$ 1,00	R\$ 222,00
22	COLA LÍQUIDA INSTANTÂNEA - de alta aderência e precisão, para colagem de metal, couro, porcelana, plástico, madeira e borracha, acondicionada em frasco plástico, rígido com aproximadamente 20g, com bico dosador para aplicação precisa, ideal para áreas pequenas e difíceis de serem alcançadas. Validade igual ou superior a 8 meses a partir da data de entrega.	Leo e Leo	20	R\$ 5,50	R\$ 110,00

23	CORRETIVO EM FITA - fita corretiva branca, com medidas aproximadas de 5mm x 6m; com tampa protetora e exclusiva engrenagem para ajuste da tensão da fita. Embalagem individual.	Masterprint	360	R\$ 3,10	R\$ 1.116,00
24	ELÁSTICO Nº 18 - em borracha tipo látex nº 18, de alta resistência, formato redondo, cor amarela, acondicionado em embalagem lacrada com identificação do fabricante, com no mínimo 100 unidades	Redbor	160	R\$ 2,80	R\$ 448,00
25	ENVELOPE 114 X 229 MM TIPO CARTA - em papel	Scrity	1000	R\$ 0,12	R\$ 120,00

	branco off set, tamanho 114 x 229mm, gramatura de 75g/m ²				
26	ENVELOPE 24 X 34 CM TIPO SACO - em papel Kraft natural; tamanho 24 x 34 cm, gramatura 80g/m ²	Scrity	750	R\$ 0,25	R\$ 187,50
27	ENVELOPE 31 X 41 CM TIPO SACO - em papel Kraft natural; tamanho 31 x 41cm; gramatura 80g/m ²	Scrity	250	R\$ 0,45	R\$ 112,50
28	ESTILETE - corpo em plástico, com cabo emborrachado, largo, com auto trava, guia e lâmina em aço, tamanho da lâmina: 18mm	Brw	4	R\$ 1,50	R\$ 6,00
29	EXTRATOR DE GRAMPOS - em aço inox, tipo espátula; comprimento aproximado de 15 cm	Carbrink	60	R\$ 3,00	R\$ 180,00
30	FITA ADESIVA DUREX – em filme de polipropileno coberto com adesivo acrílico, transparente, rolo medindo 18mm x 50mts. Validade igual ou superior a 1 ano a partir da entrega.	Alltape	276	R\$ 1,45	R\$ 400,20

31	FITA ADESIVA DUREX LARGA - em filme de polipropileno coberto com adesivo acrílico, transparente, rolo medindo aproximadamente 45mm x 45m. Validade igual ou superior a 01 ano a partir da data da entrega	Alltape	344	R\$ 3,00	R\$ 1.032,00
32	FITILHO PLÁSTICO - para amarração, reciclado, produzido em polipropileno, peso aproximado de 1 Kg	Astonia	1410	R\$ 12,29	R\$ 17.328,90
33	GRAMPEADOR ALICATE – estrutura metálica; trilho fixo; capacidade para grampear aproximadamente 25 folhas; compatível com grampo 26/6. Garantia mínima de 12 meses.	Jocar	80	R\$ 16,00	R\$ 1.280,00

34	GRAMPEADOR GRANDE - estrutura metálica, ajuste de profundidade, base antiderrapante, grampeia até 100 folhas, compatível com grampo 23/10. Garantia mínima de 12 meses	Masterprint	10	R\$ 42,00	R\$ 420,00
35	GRAMPO 23/10 - em aço carbono galvanizado, prateado, capacidade de grampear aproximadamente 100 folhas; tamanho 23/10. Embalagem com dados de identificação do produto, indicação de qualidade e marca do fabricante. Caixa com 1.000 unidades	Jocar	30	R\$ 3,50	R\$ 105,00
36	GRAMPO 26/6 - em aço carbono galvanizado, prateado, capacidade de grampear aproximadamente 25 folhas; tamanho 26/6.	Brw	650	R\$ 2,00	R\$ 1.300,00

	Embalagem com dados de identificação do produto, indicação de qualidade e marca do fabricante. Caixa com 1.000 unidades.				
37	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO (ROMEUE JULIETA) – estendido, injetado em polipropileno branco para arquivar documentos, composto de duas peças de encaixe (base e haste), com a capacidade de arquivamento para até 600 folhas. Base retangular; Tamanho aproximado com haste: 300 x 9 x 112mm.	Dello	90	R\$ 13,00	R\$ 1.170,00
38	LACRE DE SEGURANÇA - aplicação: malote; material corpo: polipropileno; sistema de travamento: escadinha; tipo de trava: auto-travante; cor: azul; comprimento aproximado:	Rigoran	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00

	230mm; numeração: aleatória; unidade de fornecimento: pacote com 100 unidades				
39	LÂMINA PARA ESTILETE - tamanho 18mm. Caixa com 10 lâminas	Brw	2	R\$ 3,00	R\$ 6,00
40	LAPIS PRETO - grafite preto HB nº 02, ecológico ou de madeira de reflorestamento, durável	Leo e Leo	576	R\$ 0,45	R\$ 259,20
41	MARCADOR DE QUADRO BRANCO - marcador hidrográfico para uso em quadro branco, tinta de secagem rápida e remoção com flanela ou feltro. Com ponta no formato de ogiva, de 4 a 5mm, espessura da escrita de 2 a 3mm. Cores variadas: preto, azul, verde e vermelho. Validade mínima de 01 ano	Masterprint	60	R\$ 3,00	R\$ 180,00

42	ORGANIZADOR DE MESA - em acrílico poliestireno, cor cristal, contendo 03 divisões para porta canetas, cliques e lembrete	Maxcristal	20	R\$ 11,50	R\$ 230,00
43	PASTA PLÁSTICA CLASSIFICADORA COM TRILHO - Pasta com grampo trilho plástico tipo Romeu e Julieta. Dimensões 340 x 245mm e espessura de 0,35mm. Na cor transparente	ACP	100	R\$ 1,55	R\$ 155,00
44	PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO - em polipropileno, aba e elástico com dorso aproximado de 20mm, na cor transparente, Dimensões 335 x 245 x 20mm.	ACP	260	R\$ 2,25	R\$ 585,00

45	PERFURADOR DE PAPEL 10 FLS - com 02 furos, estrutura metálica, cor preta, com margeador e base antiderrapante. Capacidade para perfurar 10 folhas de papel 75g/m². Garantia mínima de 12 meses	Brw	25	R\$ 12,00	R\$ 300,00
46	PERFURADOR DE PAPEL 50 FLS - com 02 furos, estrutura metálica, cor preta, com base de apoio para papel de aprox. 11cm. Com margeador e base antiderrapante. Com posicionador ajustável para folhas A4, A5 e A6; capacidade para perfurar no mínimo 40 folhas de papel 75g/m². Garantia mínima de 12 meses.	Masterprint	15	R\$ 65,00	R\$ 975,00

47	PINCEL ATÔMICO - com corpo anatômico, cilíndrico ou cônico, ponta de feltro no formato retangular chanfrada, cor: Preto, tinta permanente à base de álcool, traço fino: 4,5mm e traço grosso: 8mm	Masterprint	36	R\$ 2,50	R\$ 90,00
48	PRANCHETA - em poliestireno, tamanho ofício, na cor cristal, com prendedor metálico de pressão.	Maxcril	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
49	RÉGUA - em acrílico cristal, com graduação em milímetro/centímetro, medidas mínimas: 30cm X 3,5cm x 3mm.	Maxcril	30	R\$ 1,85	R\$ 55,50
50	ROLETE ENTINTADOR PARA CALCULADORA – modelo IR40T ME1009, bicolor. Compatibilidade: Elgin MA- 5120, MA-5121, MR-6124. Validade Mínima: 2 anos. Embalado individualmente.	Masterprint	5	R\$ 5,63	R\$ 28,15

51	TESOURA - para uso geral, com lâmina em aço inox, com ponta pontiaguda, para usuário destro, com encaixe para três dedos, com rebite. Medida aproximada: 21 cm, com cabo emborrachado, na cor preta	Brw	70	R\$ 4,45	R\$ 311,50
52	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO - na cor azul, 40 ml	Starprint	15	R\$ 2,49	R\$ 37,35
53	UMEDECEDOR DE DEDOS - creme acondicionado em pote plástico redondo, com tampa, contendo 12g, com ação germicida, atóxico. Não mancha e não contém Glicerina	Starprint	170	R\$ 1,60	R\$ 272,00

Valor Total do Lote - Quarenta e quatro mil e novecentos reais	R\$ 44.900,00
---	--------------------------

Vitória-ES, 16 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Maycon Cao Pereira, Usuário Externo**, em 17/07/2024, às 16:54, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Martínez Berdeal, Procurador-Geral de Justiça**, em 18/07/2024, às 14:35, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1647461** e o código CRC **C05C6B6F**.